

TRABALHO

Transporte deve ter impacto milionário com escala 6X1

Com a possível redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, os custos no segmento de transportes podem aumentar em 8,6%

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) participou, na semana passada, do CB Debate “Escala 6x1: Em busca de equilíbrio na jornada de trabalho”, promovido pelo jornal Correio Braziliense.

O encontro reuniu representantes do setor produtivo, parlamentares e integrantes do Judiciário para discutir os impactos de uma eventual redução da jornada semanal de trabalho no Brasil.

Representando o Sistema Transporte, o gerente executivo de Relações Trabalhistas da CNT, Frederico Toledo Melo, defendeu que a discussão sobre mudanças na jornada de trabalho seja conduzida com responsabilidade, previsibilidade e regras de transição claras, considerando as especificidades de cada setor econômico.

“A CNT é favorável ao debate, até porque os contratos de trabalho mudam de forma constante e temos a obrigação de discutir esse assunto permanentemente. Mas isso preci-

sa ser feito com a cautela devida”, afirmou.

Durante o evento, Toledo apresentou dados do estudo técnico Redução de jornada, mudança de escalas e bem-estar social no setor de transportes, coordenado pelo sociólogo e professor da USP José Pastore e pelo economista Paulo Rabello de Castro.

Segundo o levantamento, a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas pode elevar em 8,6% os custos com pessoal no setor.

De acordo com o representante da CNT, a ausência de uma transição adequada pode ter efeitos significativos para a atividade transportadora. “Sem regras de transição claras, o impacto apenas no setor de transporte pode chegar a quase R\$ 12 bilhões”, alertou.

O estudo também aponta possíveis reflexos sobre inflação e informalidade. Atualmente, a taxa de informalidade no Brasil gira em torno de 40%, enquanto no setor de transporte permanece abaixo de 8%.

Segundo Toledo, mudanças abruptas na jornada, sem ajustes estruturais e manutenção da produtividade, podem pressionar custos e afetar diretamente o poder de compra da população.

“Se há redução de jornada e alteração de escalas sem mu-

danças compensatórias, existe um efeito econômico, que é a inflação. O trabalhador sentirá isso no poder de compra e poderá buscar novas formas de complementar renda, ampliando a informalidade”, argumentou.

Outro ponto destacado pelo representante do Sistema Transporte foi o déficit de mão de obra qualificada no setor. Segundo ele, uma implementação acelerada das mudanças poderia comprometer a prestação de serviços essenciais à população.

“Uma eventual redução abrupta da jornada, sem o necessário escalonamento de trabalhadores, teria consequências diretas para a população: menos ônibus nas ruas, considerando que 95% dos passageiros utilizam o transporte terrestre, além de aumento dos prazos e custos no transporte de cargas”, afirmou.

O setor de transporte possui características operacionais específicas, como funcionamento contínuo e elevada dependência de mão de obra, fatores que exigem tratamento diferenciado no debate. Diante disso, a CNT defende que eventuais mudanças considerem os acordos coletivos e priorizem a preservação do emprego formal.

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Men-



ÁLVARO GUIMARÃES/DIVULGAÇÃO/JC

Setor possui características operacionais específicas, alerta a CNT

des, participou da abertura do CB Debate e ressaltou a importância de uma discussão técnica e plural sobre o tema.

O magistrado citou o Tema 1.046 da repercussão geral, de sua relatoria, que consolidou o entendimento sobre a prevalência do negociado sobre o legislado em relação a direitos trabalhistas disponíveis. Segundo ele, o mecanismo fortalece as negociações coletivas e amplia a capacidade de adaptação das relações de trabalho às diferen-

tes realidades setoriais.

Gilmar Mendes afirmou ainda que o principal desafio do País é equilibrar proteção social e dinamismo econômico. “O desafio não é escolher entre um e outro, mas refletir sobre formas de compatibilizar esses dois vetores, respondendo aos legítimos anseios por melhores condições de trabalho sem desconsiderar os impactos sobre o emprego, a atividade produtiva e o crescimento da economia”, pontuou.

Qualificação técnica é medida essencial para a segurança viária

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) considera essencial a preservação de me-

canismos de qualificação profissional voltados aos trabalhadores que atuam no transporte



CNT/DIVULGAÇÃO/JC

Entidade alerta para cenário de aumento da letalidade no trânsito

remunerado de mercadorias por motocicletas, motonetas e ciclomotores, especialmente diante do atual cenário de aumento da letalidade no trânsito brasileiro.

A entidade avalia com preocupação os dispositivos da Medida Provisória nº 1.360/2026 que retiram a obrigatoriedade do curso especializado para motofretistas e mototaxistas, atividade reconhecidamente exposta a elevados riscos operacionais e de segurança viária.

A formação especializada dos profissionais que atuam nesse segmento constitui um instrumento importante de prevenção de acidentes, condução defensiva, gerenciamento de riscos e conscientização sobre

responsabilidade no trânsito. Por esse motivo, a qualificação técnica não deve ser tratada como exigência burocrática, mas como política pública voltada à preservação da vida e à redução da violência viária.

A alteração ocorre em um momento de agravamento dos índices de mortalidade no trânsito em todo o País. Dados do Ministério da Saúde apontam que o Brasil registrou 37.150 mortes no trânsito em 2024, maior número desde 2016.

As estatísticas também evidenciam o impacto crescente dos acidentes envolvendo motociclistas. Somente no Nordeste, 6.116 pessoas em motocicletas morreram em acidentes de trânsito em 2024,

número 60% superior ao registrado no Sudeste. Nas regiões Norte e Nordeste, mais da metade das vítimas fatais do trânsito estavam em motocicletas.

Para a Confederação, a manutenção do curso especializado é essencial para garantir qualificação profissional, segurança operacional e prevenção de acidentes.

A CNT reconhece a importância de iniciativas voltadas à simplificação regulatória e à ampliação de oportunidades econômicas. No entanto, entende que medidas de modernização normativa devem preservar requisitos mínimos de segurança e capacitação profissional em atividades de alto risco.